

# Um passo atrás

Humberto Rezende  
Da equipe do **Correio**

Uma pequena revolução está acontecendo no ensino fundamental de quase todo o país. A velha forma de organizar os alunos por séries (1ª a 8ª, no ensino fundamental; e 1ª a 3ª, no médio) parece estar com os dias contados e vai sendo substituída pelos ciclos de aprendizagem — sistema que agrupa os alunos em fases variáveis entre dois e quatro anos. Assim, os professores têm mais tempo para acompanhar o desenvolvimento das crianças. Nesse modelo, como o aluno não é reprovado ao final de um ano, o professor avalia que aspectos do seu aprendizado não foram desenvolvidos suficientemente e os trabalha no ano seguinte. E ele continua estudando com colegas de sua idade, com os mesmos interesses e maturidade, o que — no mínimo — eleva sua auto-estima.

A constatação que o ensino brasileiro caminha para essa estrutura foi feita pelo Ministério da Educação (MEC). Pesquisa divulgada ontem mostra, utilizando dados de 1999, que 23% dos alunos do ensino fundamental no país estão matriculados em colégios que adotam os ciclos. E em dois estados, São Paulo e Espírito Santo, as escolas que aderiram à nova organização já são maioria.

Para Maria Helena Castro, presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), que realizou o levantamento, essa é uma boa notícia. Segundo ela, o sistema de ciclos é mais eficiente — o que já foi comprovado em países como Inglaterra, França e Alemanha. O diretor do Departamento de Políticas da Educação Fundamental do MEC, Walter Takemoto, também considera os dados um sinal positivo. “Nos ciclos, o professor tem mais tempo para acompanhar o aluno e não se preocupa apenas em transmitir o conteúdo daquele ano”, aponta.

O Distrito Federal, porém, está fora dessa tendência. Não porque ainda não adotou o modelo de ciclos. Mas porque o extinguiu este ano. Em 1997, foi iniciada nas escolas públicas de Brasília uma experiência chamada Escola Candanga, que adotava o sistema de ciclos (aqui chamados de fases) e chegou a atingir 23% dos alunos da rede pública. A proposta foi extinta este ano, por decisão da secretária de Educação, Eurides Brito.

Mas Eurides, quando tomou essa decisão, não ignorou apenas as opiniões do MEC. Ela ignorou também a opinião inicial de professores, diretores e pais de alunos de cinco colégios on-

de o modelo da Escola Candanga era aplicado e que manifestaram o desejo de que o projeto fosse mantido. No máximo, pais, professores e alunos pediam correção de algumas falhas.

## EMPENHO PARA MELHORAR

Pesquisadores da Fundação Cesgranrio, contratados pela própria Secretaria de Educação para avaliar o projeto e o sistema educacional público do Distrito Federal, observaram que, apesar de alguns problemas na implementação da Escola Candanga, a aceitação da proposta na cinco escolas estudadas era grande e os colégios se empenhavam em trabalhá-la cada vez melhor. “Os professores, diretores e pais pedem a continuação do projeto”, afirmaram os pesquisadores num relatório preliminar.

Foi observado também o comprometimento dos funcionários das escolas analisadas para o sucesso do programa. “Por acharem que a proposta é boa, as escolas se empenham para trabalhar cada vez melhor o projeto. É grande a aceitação do que é proposto pela Escola Candanga e de grande parte dos procedimentos”, escreveram os pesquisadores. Porém, não foram além dessas primeiras conclusões porque Eurides não deu seguimento à pesquisa e determinou que ela fosse suspensa.

Por que essas observações iniciais não foram em frente? A secretária de Educação diz que preferiu substituir essa análise por um novo tratamento estatístico dos resultados de provas de matemática e português aplicadas nos alunos da rede. Esses testes eram parte da pesquisa encomendada à Cesgranrio para comparar o rendimento dos alunos dos colégios que adotavam o modelo de Escola Candanga com o dos alunos das outras escolas. Eurides afirma que a forma como a Cesgranrio apresentou os resultados era incompreensível ao público comum. “Queriam um documento que professores, alunos, todos pudessem entender”, diz.

Para Jacy Braga, diretor da Fundação Educacional do Distrito Federal na época da implementação da Escola Candanga, a explicação de Eurides não convence. Segundo ele, havia interesse explícito em dar fim ao projeto. “Houve motivação política. Tudo que era do governo Cristovam (Buarque, governador à época que o programa foi implementado) tinha que ser extinto. A secretária usou apenas os pontos da pesquisa que interessavam a ela. Quando viu que os resultados seriam favoráveis ao sistema de fases, suspendeu a análise qualitativa”, afirma.

“NOS CICLOS, O PROFESSOR TEM MAIS TEMPO PARA ACOMPANHAR O ALUNO E NÃO SE PREOCUPA APENAS EM TRANSMITIR O CONTEÚDO DAQUELE ANO”

WALTER TAKEMOTO  
Especialista do MEC

“OS TESTES DE PORTUGUÊS E MATEMÁTICA FEITOS PELA FUNDAÇÃO CESGRANRIO MOSTRARAM QUE A ESCOLA CANDANGA NÃO APRESENTOU UMA MELHORA SIGNIFICATIVA NO SISTEMA DE ENSINO”

## EURIDES BRITO

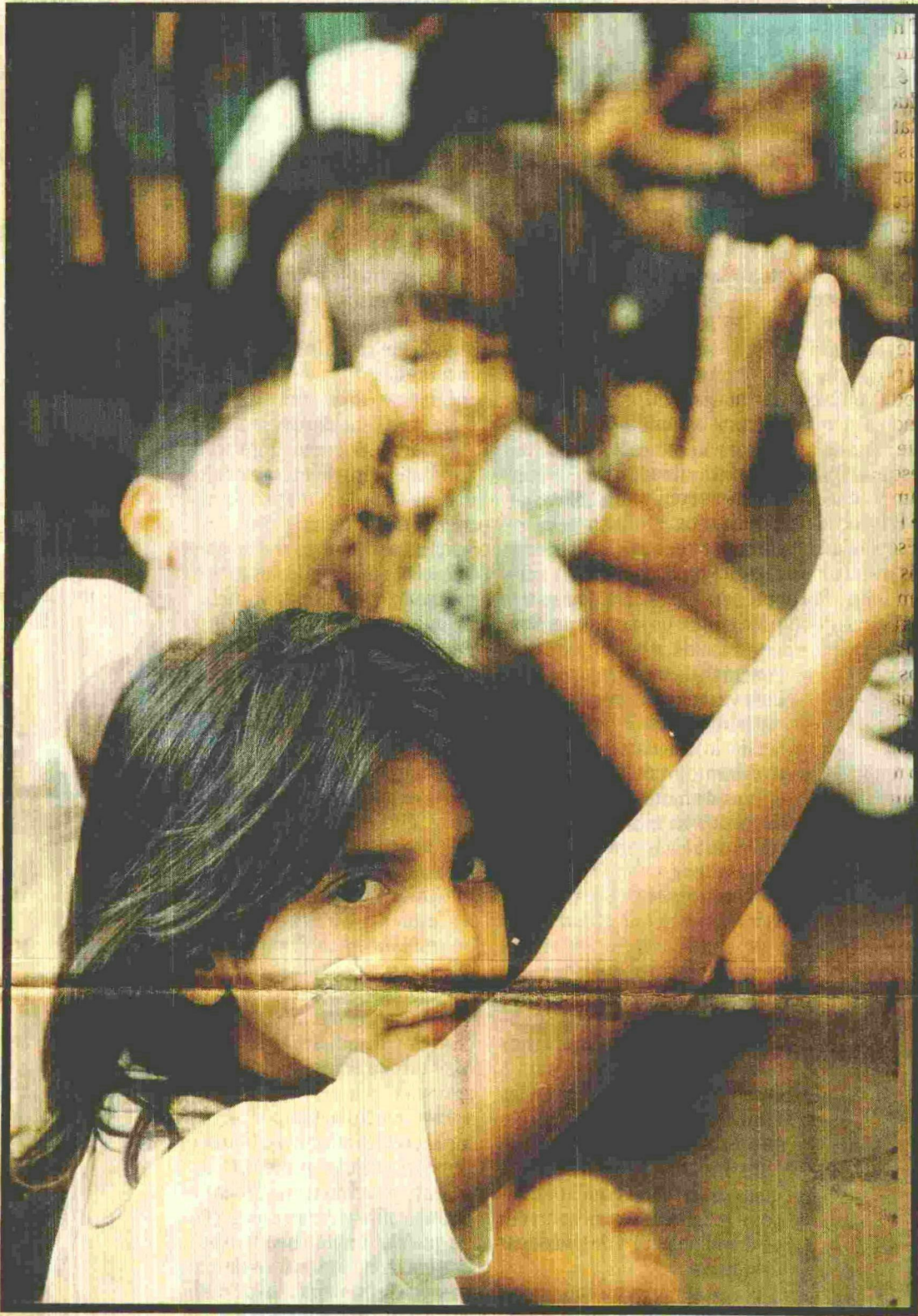
Secretária de Educação do Distrito Federal

“AO ACABAR COM O SISTEMA DE CICLOS, O DISTRITO FEDERAL DEU UM PASSO ATRÁS”

## VERA LÚCIA WEY

Coordenadora de Estudos e Normas Pedagógicas da Secretaria de Educação de São Paulo

Anderson Schneider



ALUNOS DE UMA ESCOLA PÚBLICA QUE HAVIA ADOTADO O SISTEMA DE CICLOS: ELEVAÇÃO DA AUTO-ESTIMA

ENTENDA AS DIFERENÇAS		
	SÉRIES	CICLOS
ORGANIZAÇÃO	Os alunos são agrupados em séries de um ano, como na escola tradicional (1ª à 8ª, no ensino fundamental; e 1ª à 3ª, no médio)	O aluno é inserido numa fase, que pode durar de dois a quatro anos, dependendo do modelo pedagógico do estado ou município
CRITÉRIOS	O que determina em qual série a criança entrará é o conhecimento que ele tem do conteúdo que deve ser ensinado naquele ano	A criança é posta numa turma de acordo com sua idade e adurecimento, para estudar com colegas que tenham os mesmos interesses e estejam no mesmo estágio de desenvolvimento
AValiação	O aluno é avaliado a partir do que apreendeu do conteúdo ensinado naquele ano e pode ser reprovado, caso não vá bem nas provas	O aluno é avaliado individualmente. No ano seguinte, ele continua com a mesma turma e a escola deverá trabalhar os pontos em que ele foi ruim

## Duas versões em choque

A secretária de Educação do DF, Eurides Brito, nega que tenha extinto o programa Escola Candanga apenas por razões políticas. Exaltada, diz que processará quem acusá-la de manipular a pesquisa encomendada à Cesgranrio. “Um estudo qualitativo não alteraria o resultados da análise quantitativa, que mostrou que a Escola Candanga não apresentou uma melhora significativa no sistema de ensino”, diz.

A secretária se refere aos testes de Português e Matemática aplicados aos alunos

de escolas que adotavam ambos os sistemas. Afirma ainda que, quando pediu à Cesgranrio um novo tratamento aos dados quantitativos, ouviu dos coordenadores da pesquisa que teria que pagar mais por essa nova análise. “Então suspendi o estudo qualitativo, que seria feito também em cinco escolas que não adotavam o modelo da Escola Candanga”, explica.

Nesse ponto, a versão da secretária se choca com a de Nilma Fontanive, uma das coordenadoras da pesquisa. Ela diz que quando o acordo entre a Secretaria de Educação e a Cesgranrio previa apenas a análise qualitativa da Escola Candanga. “A secretária pediu um estudo de caso das escolas que não adotavam o modelo depois que já tínhamos come-

çado a pesquisar as escolas que adotavam as fases”, conta. Eurides nega essa versão. “Só se for na cabeça dela que o acordo não previa uma análise das escolas seriadas”, diz.

Mas no relatório preliminar preparado pela Cesgranrio onde estão as observações iniciais dos pais, diretores e professores, e entregue à Secretaria de Educação com data de julho de 1999, os objetivos da pesquisa estão explicitados e não fazem nenhuma menção a qualquer análise qualitativa das escolas seriadas. Quando faz menção a análise qualitativa, a apresentação do estudo preliminar diz apenas: “Realizar a avaliação qualitativa de cinco unidades desenvolvendo o projeto de escola de ensino fundamental não seriada”.